



## A maioria não reconhece que é explorada

● Mais de 50% das alternadeiras brasileiras que participaram num inquérito realizado o ano passado pelo SEF permanecia em situação irregular, sem contrato de trabalho. Apesar disso, a maioria não pretendia regressar ao seu país. Os resultados, citados por Maria José Morgado, resultam de um inquérito feito a 444 mulheres. Apesar de a maioria afirmar que não sabia ao que vinha, só 14 disseram ter sido exploradas. As mulheres alvo deste estudo tinham entre 22 e 30 anos, viajaram sozinhas e deixaram o Brasil em busca de melhores condições de vida. Relativamente às que se situam na faixa etária dos 31 aos 40 anos, a maior parte é solteira, um por cento analfabeta, enquanto 4% tem o ensino Superior completo e 35% frequentou o ensino Médio. ■

Grande parte das mulheres acaba em bares de alterne e na prostituição, incapazes de saírem das redes de tráfico organizadas

# Tráfico sem castigo

■ Maria José Morgado defende maior protecção às testemunhas e apreensão de todos os rendimentos das redes que traficam pessoas para evitar a impunidade ou que o crime compense

● PAULA GONÇALVES

**A** alta rentabilidade do tráfico humano e a violência exercida sobre as testemunhas têm de ser combatidas com

uma maior protecção a quem denuncia. A opinião é da procuradora-geral adjunta Maria José Morgado, que sugere a apreensão do dinheiro e outros bens às redes ilegais como uma forma de punição mais eficaz. Sem estas medidas, disse ontem em Coimbra, “há impunidade”.

O tráfico de pessoas – uma das actividades ilegais mais rentáveis a seguir ao tráfico de droga – vive de “expedientes para proceder à lavagem dos proventos do crime”, explicou a magistrada, apontando em concreto as “fachadas legais”, com o

recurso a empresas que “não têm actividade subjacente”.

Para Morgado é fundamental apreender e decretar a perda de todos os rendimentos que resultem desta actividade, sob pena de o crime compensar: “Esta é uma criminalidade altamente rentável. Se não há medidas contra o branqueamento, há impunidade”.

Além de recorrerem a expedientes para a “lavagem dos proventos do

crime”, as redes de tráfico de pessoas – por regra ligadas aos negócios do sexo – usam a corrupção, por exemplo na obtenção de

### Testemunhas deviam poder mudar de identidade e de domicílio



### 1) MARIA JOSÉ MORGADO

“As mulheres são vinculadas à rede num sistema que se traduz numa espécie de escravização

“Sem medidas contra o branqueamento é a impunidade completa

“Vítimas não falam porque temem pela vida. É preciso uma protecção mais eficaz

documentos. A procuradora-geral adjunta, que falava numa conferência internacional sobre “Tráfico de Mulheres no Contexto da Exploração Sexual”, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, referiu que as vítimas são vinculadas às redes através de um “sistema de dívida”. Por outro lado, como a violência “é frequente”, as testemunhas “normalmente não falam”, porque “temem pela própria vida” ou porque “sofrem ameaças de represálias nos países de origem. Temos depois um processo-crime em que parece que toda a gente teve uma alucinação”, até com as mulheres a negarem ser vítimas.

Para ultrapassar estes obstáculos, Maria José Morgado defende medidas de protecção mais eficazes: “Se não, é a impunidade completa”, frisa a procuradora. Entre as medidas desejadas estão a mudança de domicílio e o encobrimento da identidade. ■

NUNO ANDRÉ FERREIRA

**PROSTITUIÇÃO**

**Morgado  
ataca negócio  
do alterne**

PÁG. 14

